Cadernos de Negociação

Número 20 - Julho/Agosto de 2019

Direitos

Sindicatos pautam violência e assédio nas negociações

A violência doméstica se constitui em grave problema social e atinge, principalmente, mulheres, idosos e crianças. Em relação às mulheres, especificamente, os dados de violência no Brasil são alarmantes. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2017, foram registrados mais de 60 mil casos de violência contra as mulheres e, a cada duas horas, uma mulher é morta vítima de violência doméstica ou sexual.

Uma das principais medidas adotadas pelo Estado brasileiro para combater a violência contra as mulheres é a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), promulgada em agosto de 2006. Outra providência importante foi a adoção, em 2015, do conceito de feminicídio no Código Penal Brasileiro, por meio da Lei n° 13.104. Nesse ano, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) adotou uma nova Convenção, a de nº 190, que busca eliminar a violência e o assédio no mundo do trabalho.

Para fazer frente a esse grave problema social, diversas entidades sindicais brasileiras adotam nos instrumentos coletivos cláusulas sobre a violência doméstica e contra as mulheres. Abaixo seguem alguns exemplos.

EXEMPLO DE CLÁUSULAS

Proteção ao direito das mulheres e combate à violência contra a mulher

A empresa, juntamente ao Sindicato profissional, se compromete a promover e dar destaque à campanha de proteção à mulher e seus direitos, bem como combater a violência contra as mulheres, promovendo e divulgando palestras, oficinas, obras, disponibilização de mural e quadro de avisos à entidade sindical, em local visível aos seus funcionários, com datas previamente agendadas com a Entidade Sindical. O estabelecido acima não exclui qualquer iniciativa ou programa já existente da empresa para proteção ao direito das mulheres e combate à violência contra a mulher.

Discriminação contra os trabalhadores (as)

As empresas exigirão das escolas de formação e aperfeiçoamento de vigilantes e reciclagem a inclusão de palestra contra qualquer tipo de discriminação.

Parágrafo único: Deverão ainda as escolas ministrar palestra a respeito da discriminação e violência contra as mulheres, com o objetivo de eliminar a prática de tais atos e de alertar para os riscos e consequências civis e criminais decorrentes desses crimes.

Garantia à empregada em episódio de violência doméstica e familiar

A empresa, respeitadas as condições legais vigentes e desde que solicitado e apresentado Boletim de Ocorrência específico, concederá à sua empregada, em episódio de violência doméstica e familiar, 30 (trinta) dias de licença remunerada, ficando permitido à empresa compensação posterior com horas adicionais, sem prejuízo das férias.

Assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar

Fica assegurada a manutenção do contrato de trabalho, bem como acompanhamento psicológico pela empresa, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Quando necessário o afastamento do local de trabalho, na forma de interrupção do contrato de trabalho, por até 06 (seis) meses, terá a empregada estabilidade no emprego por 01 (um) ano, a contar do retorno ao trabalho, sem prejuízo dos direitos elencados no artigo 9º, parágrafo 2º, incisos I e II da Lei nº 11.340, de 07/08/2006.

CONQUISTA NA NEGOCIAÇÃO DOS BANCÁRIOS

Os bancários conquistaram, na negociação de 2018 com a Fenaban, a realização do 3º Censo da Diversidade Bancária. Além de traçar o perfil da categoria, o levantamento também visa criar mecanismos contra a violência e a discriminação. A entidade patronal apresentou cronograma das atividades previstas para 2019. A produção de uma cartilha e a criação de um canal de assistência às bancárias são algumas das iniciativas em andamento. Os dados do Censo devem ficar prontos e serem divulgados no início de 2020. Desigualdade salarial, assédio sexual serão temas debatidos na mesa de igualdade de oportunidades.

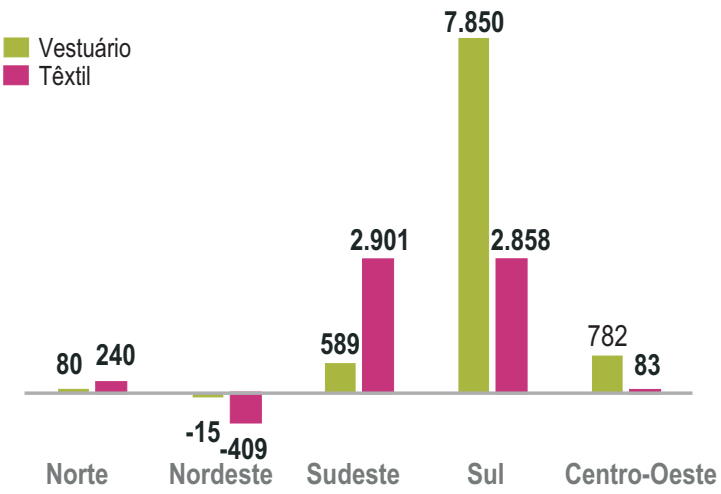
Mercado de Trabalho

Cresce número de contratações na indústria têxtil e do vestuário em 2019

Aumentou o número de empregos com carteira assinada na fabricação de artigos do vestuário e de produtos têxteis, na comparação dos cinco primeiros meses deste ano com igual período do ano passado. No segmento do vestuário, o saldo do emprego (diferença entre admissões e desligamentos) foi de 9.286 novos postos de trabalho, mais que o dobro do ano passado (4.335). Já no têxtil, o saldo está positivo este ano, com 5.673 postos contra 5.654 de 2018.

Em 2019, os resultados foram puxados principalmente pelas regiões Sul e Sudeste. Os menores saldos são do Centro-Oeste e Norte. Apenas no Nordeste, o resultado está negativo.

Saldo do emprego com carteira assinada
Janeiro a maio de 2019



Fonte: Ministério da Economia. Caged

Greves

Política econômica, direitos e solidariedade mobilizam os petroleiros

Entre julho de 2018 a junho de 2019, os trabalhadores da extração e do refino do petróleo realizaram 12 paralisações, segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).

Protestos contra a política econômica do governo federal, o projeto de reforma previdenciária e os planos de privatizações de ativos da Petrobras e concessões de reservas de petróleo estiveram na pauta de seis mobilizações realizadas por esses trabalhadores (entre elas, a adesão à greve geral convocada por diversas categorias em todo o país, em 14 de junho).

Também houve mobilização por questões relacionadas ao reajuste de salários, ao vale alimentação/refeição e ao emprego (contra demissões e pela contratação de mais trabalhadores).

Por fim, é importante mencionar que, em 15/05, Dia Nacional de Greve na Educação, os petroleiros atrasaram em algumas horas a entrada nas refinarias em solidariedade aos professores.

Principais reivindicações das greves dos petroleiros
Brasil - de julho de 2018 a junho de 2019

REIVINDICAÇÕES	Pautas políticas	Alimentação	Emprego	Reajuste salarial	Solidariedade
NÚMERO	5	3	3	3	1

TOTAL 12

Fonte: DIEESE.SAG

Negociações têm pequena melhora

Houve ligeira melhora no quadro das negociações salariais no último mês. Com a entrada de novos resultados para a data-base maio, o percentual de reajustes abaixo da inflação nesta data-base caiu dos 72% do levantamento anterior para os atuais 52%. Apesar desse resultado, chama atenção ainda a quantidade de negociações com reajustes abaixo do INPC-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que vale também para a data-base junho.

Para os próximos meses, espera-se melhora no quadro dos reajustes devido à queda das taxas de inflação.

Negociações entre janeiro e junho de 2019
Brasil (em %)

Data-base	Acima	Igual	Abaixo	Var. real Média	Total (nº reaj.)
Janeiro	76,4	15,6	8,0	0,70	1.389
Fevereiro	68,1	11,4	20,5	0,40	298
Março	66,4	11,7	22,0	0,20	437
Abril	29,0	36,3	34,7	-0,19	124
Maio	22,4	25,6	52,0	-0,30	683
Junho	35,9	12,8	51,3	-0,18	39
Total	**59,2**	**17,7**	**23,1**	**0,32**	**2.970**

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários; ME - Mediador
Elaboração: DIEESE

Como ficaram as negociações por categoria
Brasil (em %) - janeiro a junho de 2019

ALIMENTAÇÃO

Acima	51,5%
Igual	21,0%
Abaixo	27,5%
Variação média real	0,19%
Total (nº reajustes)	295

COMERCIÁRIOS

Acima	72,0%
Igual	16,0%
Abaixo	12,0%
Variação média real	0,29%
Total (nº reajustes)	175

COMUNICAÇÕES

Acima	54,9%
Igual	25,4%
Abaixo	19,7%
Variação média real	0,19%
Total (nº reajustes)	71

CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO

Acima	51,2%
Igual	26,0%
Abaixo	22,8%
Variação média real	0,27%
Total (nº reajustes)	246

DIFUSÃO CULTURAL

Acima	50,0%
Igual	11,7%
Abaixo	38,3%
Variação média real	0,08%
Total (nº reajustes)	128

ENSINO PRIVADO

Acima	21,6%
Igual	18,9%
Abaixo	59,5%
Variação média real	-0,54%
Total (nº reajustes)	37

FRENTISTAS E COMÉRCIO GLP

Acima	19,6%
Igual	75,0%
Abaixo	5,4%
Variação média real	0,09%
Total (nº reajustes)	56

METALÚRGICOS

Acima	56,8%
Igual	11,1%
Abaixo	32,1%
Variação média real	0,22%
Total (nº reajustes)	81

QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS

Acima	59,1%
Igual	14,0%
Abaixo	26,9%
Variação média real	0,26%
Total (nº reajustes)	93

RURAIS

Acima	46,7%
Igual	11,7%
Abaixo	41,6%
Variação média real	0,06%
Total (nº reajustes)	137

SAÚDE PRIVADA

Acima	65,3%
Igual	8,3%
Abaixo	26,4%
Variação média real	0,23%
Total (nº reajustes)	121

TRANSPORTES

Acima	55,0%
Igual	20,9%
Abaixo	24,1%
Variação média real	0,26%
Total (nº reajustes)	382

VESTUÁRIO

Acima	51,0%
Igual	27,5%
Abaixo	21,6%
Variação média real	0,29%
Total (nº reajustes)	51

VIGILANTES

Acima	71,3%
Igual	20,8%
Abaixo	7,9%
Variação média real	0,63%
Total (nº reajustes)	101

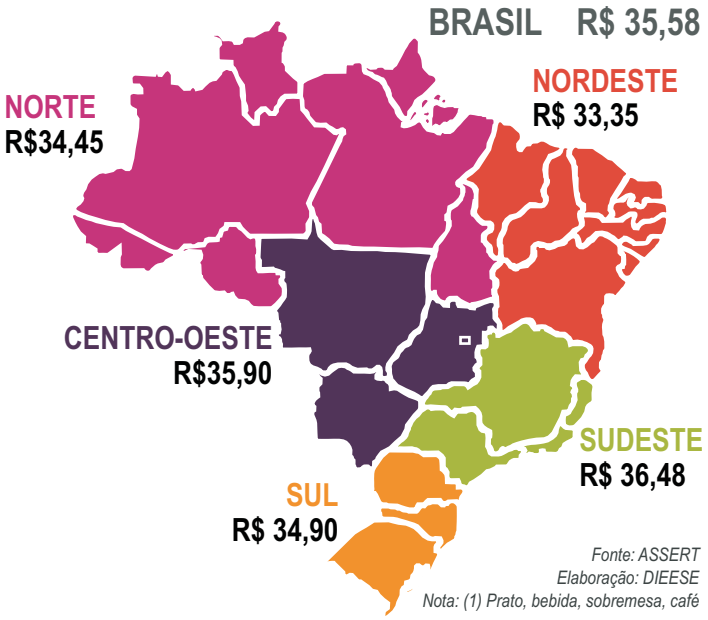
TURISMO E HOSPITALIDADE

Acima	78,5%
Igual	5,3%
Abaixo	16,1%
Variação média real	0,69%
Total (nº reajustes)	508

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Salários; ME - Mediador
Elaboração: DIEESE

Preços

Preço médio da refeição[1], segundo tipo e região



Fonte: ASSERT
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Prato, bebida, sobremesa, café

ICV - Índice Geral - Alimentação	Jun/2019	12 meses (%)
Alimentação	-0,28	3,98
Alimentação fora do domicílio	0,16	5,36

Índice do Custo de Vida na cidade de São Paulo Junho de 2019 e últimos 12 meses (em %)

ICV por estrato de renda	Junho 2019 (%)	12 meses
Taxa geral	**-0,21**	**2,96**
ICV estrato 1	-0,10	3,52
ICV estrato 2	-0,21	3,15
ICV estrato 3	-0,24	2,69

Fonte: DIEESE. ICV - Índice do Custo de Vida

Inflação de junho de 2019 e projeções

Índices de inflação	Mensal junho de 2019	12 meses jul/2018 a jun/2019	Projeção de inflação ago/2018 jul/2019	set/2018 ago/2019	out/2018 set/2019
ICV geral	-0,21%	2,96%	3,02%	3,39%	3,09%
INPC	0,01%	3,31%	3,26%	3,54%	3,50%
IPCA	0,01%	3,37%	3,23%	3,46%	3,22%

Fonte: DIEESE; IBGE. Obs.: Projeção da inflação para o ICV e INPC: 0,20% em julho, 0,27% em agosto, e 0,26% em setembro de 2019. Para o IPCA, 0,20% em julho, 0,13% em agosto e 0,25% em setembro de 2019. Elaborado em 10/07/2019

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) Junho de 2019

Cesta Básical Nacional de Alimentos		Maio de 2019
Maior valor no mês	São Paulo	R$ 501,68
Menor valor no mês	Aracaju	R$ 383,09
Queda mais expressiva	Brasília	-6,65%
Maior alta	Florianópolis	1,44%
Salário Mínimo Necessário (SMN)		R$ 4.214,62
SMN em relação ao Salário Mínimo		4,22
Salário Mínimo		R$ 998,00

Fonte: DIEESE

Em maio, quem ganha salário mínimo precisou trabalhar em média 96 horas e 57 minutos para comprar os produtos da cesta, gastando 47,90% do salário mínimo líquido.

Entre maio e junho de 2019, o custo da cesta básica diminuiu em 10 das 17 capitais pesquisadas. Os produtos cujos preços tiveram retração na maioria das cidades foram feijão (aumento da oferta), banana (demanda enfraquecida) e café em pó (maior oferta). Os principais aumentos foram registrados nos preços do leite integral (período de entressafra e menor oferta), do arroz agulhinha (menor oferta, pois produtores esperaram valor mais alto para vender) e do açúcar (usinas mantiveram elevado o preço do açúcar).

Barelli, sentiremos muito a sua falta!

O DIEESE e as entidades que representam os trabalhadores em todo o Brasil estão de luto. Em nome de todos, o DIEESE manifesta pesar pelo falecimento de Walter Barelli, economista e ex-diretor técnico da instituição.

Barelli trabalhou no DIEESE entre 1965 e 1990. De 1968 até deixar a instituição, representou o principal nome do órgão, atuando como diretor técnico. Durante a campanha para a eleição presidencial de 1989, ficou responsável pela área de economia do então candidato e hoje ex-presidente Lula, e depois atuou como coordenador do governo paralelo, para propor alternativas ao governo Collor. Entre 1992 e 1994, esteve à frente do Ministério do Trabalho no governo de Itamar Franco, mais tarde, elegeu-se deputado federal e foi secretário do trabalho em gestões de Mário Covas e Geraldo Alckmin no governo do estado de São Paulo. Também foi professor na Unicamp, PUC SP e Fundação Getúlio Vargas.

Militante na Universidade de São Paulo, onde cursou Economia, na Juventude Universitária Católica (JUC), no Sindicato dos Bancários de São Paulo, como funcionário do Banco do Brasil, ele ingressou no DIEESE em um dos momentos mais conturbados da história do país, quando o movimento sindical era fortemente perseguido. A competência na condução dos trabalhos, a combatividade, o espírito agregador e a habilidade política foram fundamentais para a consolidação do DIEESE como órgão de assessoria e pesquisa, com reconhecimento em toda a sociedade, e a contribuição expressiva da instituição no fortalecimento dos sindicatos em plena ditadura militar.

Nascido em 25 de julho de 1938, era filho de um mecânico de manutenção e de uma tecelã, viúvo, pai de Suzana, Paulo e Pedro, corintiano, além de dieeseano, economista, professor, militante, político. Deixa uma lacuna gigante.

Os funcionários do DIEESE lamentam profundamente a perda e, como não poderia deixar de ser, seguem carregando as bandeiras defendidas por Barelli durante a vida toda: o fim da desigualdade, a distribuição da renda e o emprego de qualidade.

Barelli! Presente!